

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A AUDIODESCRIÇÃO COMO NOVO RECURSO DE ACESSIBILIDADE.

Indaial, 30 de abril de 2013.

Tatiana dos Santos da Silveira – UNIASSELVI – silsa@terra.com.br

Estratégias e Políticas
Educação Superior
Sistemas e Instituições de EAD
Serviço de Apoio ao Estudante
Interação e Comunicação em Comunidades de Aprendizagem
Relatório de Pesquisa
Experiência Inovadora

RESUMO

Esta pesquisa, realizada em uma Universidade que oferece cursos de graduação na modalidade presencial e a distância, teve como objetivo analisar o papel do segundo professor nos cursos de graduação especificamente na modalidade a distância (EAD). A pesquisa teve como sujeitos os intérpretes educacionais dos Polos de Apoio Presencial da Instituição. Para a coleta de dados, foram utilizados como instrumentos a análise documental, a legislação vigente e questionário aberto. Fez-se a análise dos dados com base nos estudos de Molina (2012), Motta (2012), Tardif (2002), Rezende (2009) e Beche e Silva (2010). A análise revelou a importância do intérprete educacional no ensino superior, na modalidade EAD, atuando como ator do processo de ensino-aprendizagem. Atentou para a relação cooperativa entre o professor-tutor externo e o intérprete educacional em prol da inclusão do acadêmico com necessidades especiais no ensino superior.

Palavras – chaves: inclusão; intérprete educacional; EAD.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é tema de várias discussões em todo território nacional. No ensino superior, essa discussão vem conquistando espaço, e na modalidade a distância nesse nível de ensino, embora discreta, essa discussão também passou a fazer parte do estado da arte de alguns pesquisadores, como também depreendeu certa atenção de várias instituições. É notável a necessidade de ultrapassar barreiras que estão além das adaptações físicas e arquitetônicas também no ensino superior, por isso a preocupação desta pesquisa é a acessibilidade pedagógica na modalidade a distância.

Ao iniciar um texto sobre inclusão, é comum a busca pela legislação que deve nortear as ações que se pretende desenvolver nessa área. Em relação ao ensino superior brasileiro, ainda há uma legislação em fase de construção frente ao número expressivo de documentos nacionais que norteiam o ensino fundamental, por exemplo. Nos registros do Ministério da Educação (MEC), encontram-se três principais documentos que referenciam o ensino superior: o **Aviso Curricular n. 277** (BRASIL, 1996, a **Portaria n. 3.284** (BRASIL, 2003) e o **Decreto n. 7.611** (BRASIL, 2011

Os demais documentos nacionais, como a Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), os decretos relacionados especificamente às pessoas com deficiência auditiva e a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), fazem referência à inclusão em todos os níveis de educação, porém não apontam as especificidades do ensino superior.

Segundo Santana e Siqueira (2010, p. 135):

Embora sejam notórios os avanços em relação às últimas décadas no que diz respeito aos direitos educacionais da pessoa com deficiência, ainda existe uma grande lacuna entre as diretrizes legais existentes e a efetivação do acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente na educação superior.

Sobre essa lacuna mencionada pelas autoras, verifica-se, através de buscas nos documentos disponíveis nos *sites* das maiores instituições privadas de ensino superior no Brasil, que existe, sim, uma preocupação com as exigências de acessibilidade para o vestibular, para a contratação de intérpretes e para a acessibilidade física, itens importantes para a avaliação de

cursos segundo o MEC. No entanto, em relação às adaptações pedagógicas dessas instituições, percebem-se ações isoladas, que são realizadas de acordo com as necessidades de o atendimento e de demanda do público da educação especial.

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior tem que estar voltada para os aspectos que dizem respeito a tudo aquilo que envolve o sujeito em suas relações cotidianas. E esta não pode ser pensada a partir de ações isoladas, mas precisa congrega ações com vistas à aquisição de produtos e tecnologias; ações voltadas às atitudes sociais e para as políticas de inclusão de ingresso e permanência das pessoas com deficiência, assim como relativas ao apoio que as instituições de ensino necessitam, tais como no âmbito das pesquisas que desenvolvem, no financiamento da infraestrutura voltadas à formação e para o ensino, entre outros (SANTANA; SIQUEIRA, 2010, p. 134).

As autoras reforçam a preocupação com as políticas de inclusão no Ensino Superior de forma ampla que vão além das ações isoladas para a inclusão do acadêmico com deficiência.

2 INCLUSÃO NA EAD

A educação a distância é uma modalidade de ensino que vem se desenvolvendo desde a década de 1960. Os resultados apontados no censo da educação superior de 2006 (BRASIL, 2012) revelam um aumento de 571% na oferta de cursos e de 315% no número de acadêmicos matriculados na EAD. Isso representa, no universo de matrículas no ensino superior, 4,4% dos acadêmicos.

Como qualquer modalidade de ensino em constante expansão, a EAD enfrenta desafios em relação à inclusão.

No ano de 2007, o Ministério da Educação publicou o documento Referencial de Qualidade da Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007, p. 2), que afirma que “Embora seja um documento que não tem força de lei, ele será um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada”. Em meio a uma série de recomendações que buscam a qualificação da educação à distância no Brasil, o documento aponta que as instituições devem prever como ações para o atendimento ao acadêmico:

O atendimento de pessoa com deficiência.

[...]Disponer de esquemas alternativos para atendimento de estudantes com deficiência.

[...]Condições de acessibilidade e utilização dos equipamentos por pessoas com deficiências, ou seja, deve-se atentar para um projeto arquitetônico e pedagógico que garanta acesso, ingresso e permanência dessas pessoas, acompanhadas de ajudantes ou animais que eventualmente lhe servem de apoio, em todos os ambientes de uso coletivo (BRASIL, 2007, p.6-28).

Esse documento reforça a afirmação de que a inclusão está além da garantia de matrícula, por apresentar recomendações em relação ao projeto arquitetônico e pedagógico, à permanência e apoio aos acadêmicos com necessidades especiais (BRASIL, 2007).

O Aviso Curricular n. 277, no ano de 1996, já alertava: “a prática vem demonstrando que a operacionalização das estratégias já utilizadas necessita de ajustes para que possam atender a todas as necessidades educativas apresentadas por esse alunado” (BRASIL, 1996). Essa afirmação enfatiza a busca por novos recursos para adaptação e acessibilidade. É necessário aproveitar tanto experiências positivas como a disponibilidade de recursos tecnológicos, pois a cada dia novas possibilidades são criadas para garantir o acesso de pessoas com necessidades especiais à educação, à cultura, ao lazer, enfim, à vida social em todos os segmentos e especificações.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 11) aponta:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Segundo o Referencial de Qualidade da Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007, p. 2) “as orientações contidas neste documento devem ter função indutora, não só em termos da própria concepção teórico-metodológica da educação a distância, mas também da organização de sistemas de EaD”

Para atender essas orientações referentes à acessibilidade, o Núcleo de Educação a Distância da UNIASSELVI criou, através de um trabalho cooperativo, com vários atores do processo pedagógico, um Grupo de Trabalho (GT) voltado para a Educação Inclusiva. Esse grupo vem estudando possibilidades de adaptações didático-pedagógicas a fim de propiciar a inclusão de acadêmicos com necessidades especiais no ensino superior na modalidade EAD.

Assim, este artigo apresenta um recorte dos vários assuntos que permeiam o mundo da inclusão, partindo da seguinte pergunta: Como inserir a audiodescrição nos vídeos das disciplinas do Curso de Pedagogia na modalidade EAD, garantindo a inclusão e acesso aos acadêmicos cegos nessa modalidade de ensino?

Como já mencionado anteriormente, este artigo procura refletir um pouco sobre o trabalho desenvolvido pelo GT Educação Inclusiva. Com base nos levantamentos realizados, verifica-se que esse GT vem desenvolvendo estudos em diferentes especificidades da educação especial. Entre esses estudos, para este artigo, destaca-se um dos mais recentes, a inserção da audiodescrição nos vídeos das disciplinas do Curso de Pedagogia.

No grupo, essa discussão teve início com a preocupação com o acesso do acadêmico cego aos vídeos das disciplinas. Assim, inicialmente, o grupo estudou a Portaria nº188/2010 (BRASIL, 2010), que garante o acesso das pessoas cegas, por meio da audiodescrição, às programações veiculadas nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, para depois buscar discussões na área educacional, especificamente na produção de materiais para o Ensino Superior na modalidade EAD.

Com base no exposto, o objetivo principal deste artigo é compreender a implementação de um projeto piloto de acessibilidade, por meio da audiodescrição, nos vídeos das disciplinas do Curso de Pedagogia em uma instituição de ensino superior de modalidade à distância.

A pesquisa é caracterizada como de abordagem qualitativa e tem como pressupostos teóricos, sobretudo, os estudos de Mittler (2003), Beyer (2006), Tardif (2002), Motta (2012), e Molina (2012).

São sujeitos desta pesquisa os responsáveis pelo Grupo de Trabalho sobre Educação Inclusiva, a responsável pelo setor de audiovisual e uma

professora-tutora interna da respectiva instituição. Para a coleta de dados, foi aplicada, individualmente, uma entrevista semiestruturada com os sujeitos da pesquisa, que teve como tópico-guia: O processo de implementação de audiodescrição nos vídeos das disciplinas do Curso de Pedagogia. Para registro dos dizeres dos sujeitos, utilizou-se um questionário aberto, com respostas discursivas referentes ao tópico guia. Além das entrevistas, também foi realizada uma pesquisa documental e informatizada.

De posse dos dados, delineou-se uma análise que se caracterizou como dialógica e cuja ação se dá a partir da conversação dos sujeitos e pesquisador na construção de significações. Para preservar a identidade dos participantes da pesquisa, optou-se por fazer referência a eles por letras.

A AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO DE ACESSIBILIDADE PARA A EaD.

Os recursos de acessibilidade estão em constante evolução. O grande avanço tecnológico permite que as pessoas com deficiência visual, por exemplo, tenham acesso a informações visuais de forma muito mais ampla e autônoma. Por muito tempo, as informações eram repassadas através de adaptações em relevo, no caso de imagens estáticas, e informações orais sobre imagens móveis, transmitidas por leitores, companheiros, enfim, por pessoas que se disponibilizavam em oralizar essas informações.

Com os avanços da tecnologia e com a busca constante por novos meios de acessibilidade surge a audiodescrição, para garantir o acesso das pessoas com deficiência visual às informações visuais e imagéticas da forma mais fiel possível.

Esse processo, segundo Molina (2012), tornou-se mais conhecido a partir da Portaria nº188 de março de 2010 (BRASIL, 2010), que instituiu a obrigatoriedade de duas horas semanais de programação audiodescrita na televisão brasileira. A audiodescrição:

é um recurso que consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como por exemplo, expressões faciais e corporais que comuniquem algo, informações sobre ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da

leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela (MOLINA, 2012, p. 01).

Esse novo recurso possibilitou a busca pela garantia de acessibilidade também nos vídeos das disciplinas dos cursos do ensino superior na modalidade a distância da UNIASSELVI. Conforme citado anteriormente, a instituição conta com um GT que estuda e pesquisa a necessidade dos acadêmicos com deficiência, a fim de garantir o acesso e a permanência dos acadêmicos no ensino superior. Com isso, o grupo encontrou mais uma possibilidade de adaptar os materiais nessa modalidade, conforme se pode observar no relato a seguir:

A observação da necessidade de Audiodescrição como uma nova fonte inclusiva nos Vídeos das Disciplinas foi feita em equipe, através de vários profissionais que percebiam a importância de uma maior inclusão dos acadêmicos com deficiências visuais variadas. Para tanto, deu-se início a um projeto onde as Audiodescrições são implementadas nos vídeos do curso de Pedagogia, já inclusive, pensando uma ampliação para outros cursos. (C.H.)

Os dizeres de C.H. (apresentados a seguir), responsável pelo setor audiovisual da instituição, permitem compreender que o projeto se desenvolveu de forma gradativa, o que se considera adequado já que se trata de algo novo e de uma experiência desconhecida por muitos. Assim para C.H.:

Para que a equipe audiovisual entendesse e pudesse realizar este trabalho, capacitações internas foram realizadas, baseadas em pesquisas retiradas de livros, vídeos e internet. Após a pesquisa, os primeiros trabalhos foram produzidos, textualmente e narrativamente. A cada novo trabalho, percebe-se a necessidade de melhoria em alguma narrativa, mais abrangente ou mais objetiva, ou seja, o aperfeiçoamento se dá a cada nova experiência. Em termos técnicos, é escrita uma descrição das imagens presentes nos Vídeos das Disciplinas, desde vinhetagem até descrição do apresentador. Esta descrição é gravada através de áudio off, tratado e inserido nos vídeos. Os DVDs são enviados possibilitando ao visualizador escolher a opção que quer assistir: com ou sem Audiodescrição. (C.H.)

O relato de C.H. aponta uma preocupação comum com novos projetos que são implementados, ou seja, é necessário buscar informações e reavaliar as ações a fim de qualificar o processo.

Para Molina (2012), o recurso da audiodescrição permite ao deficiente visual assistir e entender melhor os filmes, comerciais, peças teatrais, óperas, enfim, é a possibilidade de ouvir tudo que pode ser visto. A autora também aponta para a importância da busca de informações atualizadas para a construção dos materiais, além da constante avaliação desses, tanto por parte da equipe técnica como pelos próprios usuários.

No início nós percebemos que falar em audiodescrição era falar em algo novo no NEAD, pois ninguém sabia ao certo do que estávamos falando. Então nós realizamos formação com os professores-tutores internos, explicando e exemplificando audiodescrição através de vídeos e leituras diversas. (T.S.)

O relato de T.S., responsável pela coordenação do GT de Educação Inclusiva, aponta uma preocupação com a formação continuada para professores. É possível perceber também que, de forma subjetiva, o relato aponta certa fragilidade no que tange o conhecimento do corpo docente referente à audiodescrição, o que se considera um processo natural quando se fala em educação inclusiva e, especificamente, quando se trata de novos recursos para a inclusão.

Segundo Tardif (2002), educadores trazem consigo saberes diferenciados, entre esses, os saberes individuais, que são construídos na experiência de vida e história de cada um e que poderão influenciar e diferenciar as práticas pedagógicas. Os estudos de Tardif (2002) reforçam a importância da formação continuada em busca da ampliação dos saberes individuais e coletivos. Pode-se perceber essa preocupação nos dizeres a seguir:

O GT de Inclusão da instituição nasceu a partir das necessidades dos acadêmicos com deficiência e este grupo vem estudando adaptações necessárias para esses acadêmicos, assim como vem organizando as formações continuadas para os professores, pois o grupo acredita na importância de se implementar ações coletivas que transitam entre equipes técnicas específicas, como o audiovisual e diagramação, por exemplo e a equipe pedagógica. (T.S.S)

A audiodescrição é mais uma possibilidade de acesso para as pessoas com deficiência visual. Essa foi uma possibilidade pensada, inicialmente, para

o acesso cultural, porém, percebeu-se que a audiodescrição vai além da garantia de acesso à cultura e à informação, pois é um grande recurso para a educação inclusiva. Para Molina (2012, p. 01):

Na educação o recurso da audiodescrição torna-se de grande relevância para auxiliar o professor enquanto proponente de uma política de inclusão. Poderá ser útil não só em sala de aula, descrevendo os elementos que compõem o espaço físico, mas sobretudo nos materiais didáticos, gráficos, mapas, cenários em geral, é a oportunidade que o professor tem para compreender a diversidade dos signos visuais e transformá-los em algo percebido por quem não enxerga e, conseqüentemente, por todos que exercitam a construção de esquemas mentais. Essa compreensão de que as imagens invisíveis poderão se converter em imagens visíveis deve partir de técnicas específicas e do treinamento de habilidades para que o professor não seja responsável pela interpretação subjetiva da figura, mas que permita, através da descrição, que o aluno construa suas próprias observações imagéticas.

Como recurso pedagógico para a acessibilidade, a audiodescrição vem contribuir para uma educação igualitária, permitindo acesso a todos, indiferente de suas limitações visuais.

Motta (2012) alerta para a importância da busca de informações sobre deficiência visual, princípios da audiodescrição, noções de sumarização, normas técnicas, locução e atividades práticas. A autora sugere que os audiodescritores frequentem espaços culturais que contam com o recurso da audiodescrição a fim de se familiarizar com o tema e alerta também que a audiodescrição é um trabalho minucioso, que exige preparação, tempo, dedicação e objetividade.

Para a professora-tutora V.P. :

A audiodescrição tornou-se um dos recursos indispensáveis na prática da inclusão de pessoas com deficiência visual. No DVD da disciplina de Educação Inclusiva ela permite e proporciona o acesso e a transformação da imagem em palavras. Esta é, sem dúvida, uma barreira que foi quebrada, estabelecendo assim, um canal de comunicação que proporciona igualdade e acessibilidade. (V.P.)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto piloto de implementação da audiodescrição nos vídeos das disciplinas do curso de pedagogia a distância da UNIASSELVI aponta mais uma iniciativa em prol da inclusão no ensino superior. Por meio dos dizeres dos sujeitos da pesquisa, bem como com das contribuições do arcabouço teórico, compreende-se que a audiodescrição se caracteriza como um recurso de acessibilidade que propicia ao acadêmico com deficiência visual o acesso à informação imagética através da oralidade. Assim, entende-se a importância e a seriedade desse processo, no qual a objetividade e o conhecimento se tornam indispensáveis.

A equipe de audiovisual da instituição vem crescendo muito no desenvolvimento de vídeos com audiodescrição. Esse é um projeto de longo prazo, que iniciou com o Curso da Pedagogia, por ter o maior número de acadêmicos cegos matriculados, visto que a instituição pretende ampliá-lo para todos os cursos. A intenção é qualificar cada vez mais os materiais através de formação continuada para aos profissionais envolvidos.

Como recurso pedagógico, a audiodescrição contribui para o processo de ensino e de aprendizagem de acadêmicos com deficiência visual, oportunizando acesso a informações culturais, pedagógicas e específicas de cada disciplina. No entanto, é necessário ampliar a divulgação desse recurso que, para muitos profissionais e também acadêmicos com deficiência, ainda é desconhecido.

Trata-se de mais uma possibilidade de “transformar imagens em palavras” e mais, é a possibilidade de, por meio da oralidade, contribuir com o desenvolvimento imagético de acadêmicos com deficiência visual de forma objetiva e segura, permitindo-os desenvolver sua própria interpretação e significação acerca dos vídeos das disciplinas do curso. A audiodescrição é mais um recurso que possibilita pensar o acesso e a permanência desses acadêmicos!

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Aviso Curricular n. 277, de 8 de maio de 1996. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2012.

_____. Ministério das Comunicações. Portaria nº 188, de 24 de março de 2010. 2010. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/images/2011/6_Junho/portaria_188.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2012.

MOLINA, Lucine, **Audiodescrição**: esculpindo imagens com palavras. IBDIN, Material Instrucional, 2012.

MOTTA, Lívia Maria Villela de Melo. **Audiodescrição**: recurso de acessibilidade para a inclusão cultural das pessoas com deficiência visual. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1210>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

REZENDE, Flávia Amaral. Educação Especial e a EAD. In: LITTO, Fredrich Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

SANTANA, Carla da Silva; SIQUEIRA, Inajara Mills. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan./abr.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-5382010000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 maio 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 8.ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2002.